

Nakano fica interino na secretaria

O chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda Bresser Pereira, o economista Yoshiaki Nakano, que acompanha Bresser há longos anos assinando junto com o ministro alguns livros, responderá interinamente pela Secretaria-Geral do ministério até que seja escolhido o ocupante do cargo.

O ministro vem ouvindo alguns políticos do seu partido, inclusive governadores, sobre a lista com cerca de 20 nomes de economistas do Nordeste que lhe foi entregue pelo presidente José Sarney. Um dos nomes cotados é Antonio Antunes. O preenchimento do cargo com alguém representando o nordeste foi a única exigência do presidente ao ministro da Fazenda.

Hoje no *Diário Oficial da União* serão publicadas nomeações de três assessores de Bresser. Um deles é o

próprio Nakano, para a chefia da assessoria econômica cuja nomeação foi encaminhada na semana passada para o DO mas só deve ser publicada hoje. As outras nomeações são para a representação do ministério em São Paulo, que será chefiada por Gilda Portugal Gouveia, e terá como delegado Paulo Fortes.

Ontem o ministro da Fazenda conversou longamente com Júlio Colombi, secretário Especial das Empresas Estatais, convidando-o a permanecer no cargo. Ele ainda não definiu o nome que ocupará a Cacex, mas uma das possibilidades é partir para uma solução interna promovendo algum funcionário da Carteira de Comércio Exterior do BB. Também não houve definição para a Secretaria da Receita Federal, estando praticamente certa a

saída do atual secretário, Guilherme Quintanilha.

O superintendente da Sunab, Aloísio Teixeira, dirá hoje em Brasília se aceita, ou não, o cargo de titular da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap). O convite foi feito pelo ministro Bresser Pereira a Teixeira, que já havia entregue sua carta de demissão para deixar a Sunab.

Fontes do Ministério da Fazenda, no entanto, garantem que Teixeira aceitará o novo cargo disposto a fazer mudanças. Teixeira teria um plano para a Secretaria, que acabaria com a superposição de órgãos ditando preços, unificaria as decisões, descentralizaria a fiscalização e atualizaria a lei delegada nº 4 no que tange a dotar o estado de instrumentos de intervenção na iniciativa privada.